



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VALORES DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1114/09	DATA: 05/08/2009
INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 16h01min	DURAÇÃO: 1h15min (com intervalo)
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 34min	PÁGINAS: 14	QUARTOS: 7

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta.

--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 2ª reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de leitura.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Solicito a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Antônio Carlos Chamariz.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passa-se ao Expediente.

Foram distribuídas cópias das sínteses das correspondências recebidas pela CPI, cujos originais encontram-se à disposição para consulta na Secretaria da Comissão.

Informo que a Presidência do Tribunal de Contas da União, em atendimento ao Ofício nº 3 desta CPI, disponibilizou a Servidora Arlene Costa Nascimento para auxiliar os trabalhos desta CPI, por meio do Aviso nº 848, , de 2009, do Tribunal de Contas da União.

Também se encontra à disposição desta CPI o Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados Dr. Fausto de Paula Menezes Bandeira.

Passa-se à Ordem do Dia.

Apreciação de requerimentos.

Passemos ao Item 1 da Ordem do Dia.

Sobre a mesa Requerimento nº 1, de 2009, do Sr. Ilderlei Cordeiro, que “requer audiência pública com os Presidentes da ELETRONORTE, da ELETROACRE e da Guascor do Brasil Ltda., para esclarecerem a formação de preços da energia elétrica e a sua maximização na Região Norte”.

Consulto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não há oradores inscritos.

Em votação.



Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 2, de 2009, do Sr. Edio Lopes, que “requer audiência pública em Boa Vista, Roraima, com os Srs. Flávio Decat de Moura, Diretor-Presidente da Boa Vista Energia S.A.; José Nassar Palmeira, Diretor-Presidente da ELETRO NORTE; e Raul Prudente de Moraes, Presidente da Companhia Energética de Roraima — CER”.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 3, de 2009, do Sr. Gladson Cameli, que “requer audiência pública no Estado do Acre para investigar a formação de preços da energia elétrica e a sua maximização na Região Norte”.

Vou consultar o nobre Deputado Gladson Cameli. Faltou no requerimento a inclusão dos nomes que vão ser convocados para que possa ser feita a audiência pública. Então, vou sugerir que...

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Questão de ordem. Esses três primeiros requerimentos se referem à formação de preços na tarifa de energia na Região Norte, exatamente onde existe um sistema que não é interligado, mas isolado. O Presidente editou uma última medida provisória, a nº 467, tratando, disciplinando o preço da energia dos sistemas isolados de energia. Então, esses três requerimentos poderiam ser condensados num só, subscritos pelos três autores que estão aqui. Todos são para tratar de tarifa de energia, e todos nos sistemas isolados, exatamente na Região Norte.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Eu queria colaborar com a proposta do nobre Deputado. Se os autores pudessem também permitir e declinarem, aceitando a sugestão de S.Exa., que se incorpore também a Companhia de Eletricidade do Amapá, que, além de estar nesse contexto de isolamento, ainda é a



única empresa de energia elétrica que é estatal, dessas outras. As demais já foram federalizadas.

O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - Sr. Presidente, aprovado esse requerimento, encaminharei a V.Exa. os nomes dos atuais presidentes, porque houve uma mudança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos entrar em consenso, porque acredito que vai haver um requerimento extrapauta. Então, V.Exa. poderia apresentar os nomes extrapauta e também a inclusão do Amapá no extrapauta, para poder ficar regimentalmente correto.

Vamos passar o Item nº 3 para o final, Deputado Gladson Cameli, e aguardar o extrapauta, para que possamos incluir os nomes.

Passamos ao Requerimento nº 4, de 2009, do Sr. Ciro Nogueira, que “solicita audiência pública com os Srs. Gustavo Antônio Galvão dos Santos, Eduardo Kaplan Barbosa, José Francisco Sanches da Silva e Ronaldo da Silva Abreu, autores do artigo sobre o setor elétrico brasileiro, publicado na *Revista do BNDES*”.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 5, de 2009, do Sr. Ciro Nogueira, que “requisita à Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL informações sobre seus diretores e ex-diretores”.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Considerando que o próximo item da pauta é de minha autoria, passo a Presidência ao Deputado Léo Alcântara, nos termos do art. 43 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) - Requerimento nº 6, de 2009, do Sr. Eduardo da Fonte, que “requisita cópias de documentos da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL”.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)



Aprovado.

Repasso a Presidência ao ilustre Deputado Eduardo da Fonte.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Estamos estreando aqui, hoje, como membro titular desta CPI e não tive ainda tempo hábil de formalizar, mas entendo que seja o foro adequado para discutirmos, aqui, a situação dessa proposta, desse benefício que o Governo brasileiro está concedendo ao Paraguai, facultando a venda, ao mercado livre, do excedente de energia da Usina de Itaipu. Como queremos formalidades, protocolizarei pedido de audiência pública específica nesta CPI para que discutamos essa situação.

Entendemos que isso será impactante nas tarifas de energia, porque o sistema, de uma forma ou de outra, absorverá esse custo. Entendemos que poderemos discutir, aqui, nesta CPI, essa situação.

Não consegui ainda fazer... preciso das assinaturas. Providenciarei, para a próxima reunião, formalizar este pedido, convocando Itaipu, Ministério de Minas e Energia, ANEEL, por aí afora, para discutirmos algo extremamente importante.

Vimos aqui, em várias audiências públicas, as autoridades de governo dizerem que o Tratado de Itaipu não seria mexido. Esse é um tratado líquido e certo. Foi o Brasil quem construiu a usina. Deu o excedente ao Paraguai com tarifa definida. Vira e mexe, nós acabamos novamente, por ato ideológico, fazendo uma concessão ao Paraguai.

Eu sou do Estado do Paraná, que é limítrofe, diga-se de passagem, ao Paraguai, onde está instalada a usina. O Lago de Itaipu absorveu grande parte do território agrícola do nosso Estado, onde nós tivemos sequelas muito grandes pelo que ficou depois de Itaipu. O Estado do Paraná é um grande gerador de energia e não tem o benefício de ICMS que é cobrado, após a Constituição, na ponta consumidora.

E nós estamos dando isso para o Paraguai sem nenhum questionamento! Nós nem questionamos, por exemplo, que o Paraguai é a porta de entrada do armamento pesado e do tráfico de drogas para o Brasil. Nós não questionamos que o Paraguai é o único país da América do Sul que legaliza sistematicamente os



carros roubados que são levados aqui do Brasil. E nós não colocamos na mesa a intranquilidade, a insegurança que têm os produtores brasileiros que foram lá ajudar a desenvolver aquele país vizinho e que hoje estão ameaçados de terem as suas terras levadas pelo movimento campesino, abençoado pelas autoridades paraguaias.

Então, entendo que seja foro competente esta CPI para também discutir essa situação. Farei esse requerimento na próxima reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Nobre Deputado Alfredo Kaefer, tenho certeza de que é um tema muito pertinente para ser discutido nesta CPI. Poderei até suspender a sessão, para que se dê a V.Exa. tempo para formular o requerimento, para que nós o apresentemos hoje mesmo.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou suspender ao final.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - ... eu gostaria de sugerir a V.Exa. que, quando nós tivéssemos os requerimentos de audiência pública, o Relator pudesse dar seu parecer: se S.Exa. concorda, o que acha, o que acrescenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) – Lógico!

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Eu gostaria de fazer essa sugestão a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - É muito bem-vinda a sua sugestão.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Eu gostaria de sugerir ao Deputado...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, só para algumas colocações.

Deputado Alfredo Kaefer, V.Exa. me permite um pouco de atenção?

Hoje, na parte da manhã, nós aprovamos na Comissão de Minas e Energia o convite, mas já como convocação também, aos Ministros de Minas e Energia e de Relações Exteriores para que venham explicar-se e apresentar a esta Casa qual o contrato que eles estão assinando sem anuência da Casa. Inclusive, vai haver aqui uma Comissão Especial. Acho que nós poderíamos até tentar fazer isso em conjunto, para que nós pudéssemos ter mais elementos.



O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Embora eu não seja membro desta CPI, eu gostaria de sugerir — V.Exa. me deu a palavra — ao Deputado Ciro Nogueira que neste requerimento à ANEEL sejam incluídos os critérios de arrecadação da CCC, que é a Conta de Consumo de Combustíveis, e os critérios de distribuição, principalmente. Porque só a Zona Franca de Manaus, de mais de 5 bilhões arrecadados no ano passado, ficou com 3,5 bilhões. Então, seria bom que, em vez de pedir informação — sugiro isto ao Deputado Ciro —, convocasse o Presidente da ANEEL para, além de prestar esclarecimentos sobre os diretores e ex-diretores, prestar informações muito importantes a esta CPI sobre os critérios de arrecadação da CCC, mas, acima de tudo, de distribuição para os sistemas de energia isolados existentes em nosso País, que estão somente na Região Norte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Será muito bem acolhida, Deputado Júlio Cesar, a sugestão de V.Exa., mas teremos de fazer um novo requerimento.

Com a palavra o Deputado Sergio Petecão.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente, como eu cheguei um pouco atrasado para a nossa reunião desta CPI — e estou vendo o Requerimento nº 3, de autoria do nobre Deputado Gladson Cameli —, eu gostaria que V.Exa. me dissesse se já foi votado ou não o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, eu sugerir ao Deputado Gladson Cameli que apresentasse os membros que S.Exa. quer convocar para esta audiência pública, porque S.Exa. não colocou os membros. Terão de ser colocados os membros. E também receberemos as sugestões de V.Exa., que poderá fazer um novo requerimento ou juntar requerimento a esse de S.Exa., apresentando os nomes.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Esses nomes não poderiam ser sugeridos verbalmente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, isso deve ser feito por escrito, regimentalmente.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Está bem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Porque não foi publicado e tem de haver um extrapauta. Eu vou suspender a reunião, no término, para que possa ser apresentado o extrapauta, para que possamos votar ainda hoje.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Como sugestão ao nobre Deputado Gladson Cameli, que fosse incluído o nome do Secretário de Fazenda do meu Estado, o Acre, para que nós possamos ter conhecimento dos critérios adotados sobre a cobrança de ICMS sobre a conta de luz no Estado do Acre. Segundo a informação que nós temos, é o ICMS mais caro do País, em torno de 33%. Então, eu gostaria que o Deputado Gladson Cameli incluísse o nome do Secretário de Finanças do Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Sim, vamos encaminhar ao nobre Deputado Cameli a sugestão. Espero que S.Exa. a aceite.

Dando sequência aos trabalhos, volto ao Requerimento nº 7, de 2009, do Sr. Alexandre Santos, que “requer sejam convocados os Srs. Cláudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil; Luiz Carlos Guimarães, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica — ABRADEE; e Ricardo Lima, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres — ABRACE, para prestarem esclarecimentos sobre o setor elétrico brasileiro”.

Com a palavra o Relator, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, essas três instituições que representam o setor elétrico e os grandes consumidores — a ABRADEE, a ABRACE e o Acende Brasil — tanto representam os gestores como também os consumidores. Acho que nós poderíamos fazer aqui uma sessão para que dessemos ao menos o entendimento de cada setor e tivéssemos, talvez, uma resolução de algumas dúvidas que nós temos nesta Comissão. Portanto, eu acho que vai ser, sem sombra de dúvida, de grande valia para esta Comissão a vinda desses senhores, para que juntos possamos formatar um novo modelo de energia para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.



Requerimento nº 8, de 2009, do Sr. Alexandre Santos, que “requer seja convocado o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, para prestar esclarecimentos sobre os financiamentos para instalações de Pequenas Centrais Hidrelétricas — PCH”.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, estou vendo a rapidez e a eficiência de V.Exa. Ao parabenizá-lo, eu queria também chamar a atenção do Plenário, principalmente dos Deputados que fazem o debate permanente nesta Casa — não é, Ciro? —, para o seguinte: o primeiro, o segundo e o terceiro requerimentos são para a realização de audiências públicas nos Estados, fora da Casa. Eu queria que nós pudéssemos conciliar — fazendo uma grande audiência, uma audiência que atendesse a todos os Parlamentares — os três requerimentos para que nós, quando fôssemos lá, pudéssemos fazer um atendimento e também ganharmos tempo.

Se nós tivermos que fazer três audiências separadas, em Estados diferentes, aprovadas por esta Comissão — e agradeço ao assessor técnico Fausto, que veio aqui —, nós precisaremos ter um pouco de cuidado, senão daqui a pouco nós iremos aprovar tantas audiências fora da Comissão, que não teremos tempo hábil para nos aprofundarmos em todo o sistema elétrico. Temos que nos aprofundar e ter a noção dos encaminhamentos que temos a fazer.

Era esse o cuidado que eu pediria aos nobres Colegas, para que não saíssemos marcando um monte de audiências no Pará e em todos os outros Estados. Que as fizéssemos por região e déssemos o encaminhamento que tem de ser dado a cada região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu gostaria de consultar os membros sobre a conveniência de suspendermos a reunião, para que possa ser apresentado algum requerimento extrapauta, ou de encerrarmos os trabalhos, para a reunião de audiência pública da próxima semana.

O Deputado Abelardo Lupion está com a palavra.



O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta CPI terá um compromisso com a sociedade brasileira, o de nós dissecarmos o que está acontecendo no setor elétrico. Nós, que somos os grandes produtores de energia do mundo, que temos uma capacidade hidráulica que nenhum outro país do mundo tem, estamos enfrentando hoje certos problemas que são inadmissíveis.

Eu quero citar o meu Estado. O Paraná, como maior produtor de energia do Brasil, hoje, em função de Itaipu e de várias outras hidrelétricas que tem, tinha a história de que um governador preparava o projeto e outro executava. Faz oito anos que se não constrói nenhuma usina hidrelétrica no Paraná, apesar de termos vários projetos prontos, principalmente em função de uma política personalista de certas autoridades, como o nosso Governador, e uma perseguição implacável do setor ambiental, fazendo com que um Estado como o nosso trabalhe com termelétricas, em vez de usarmos e fazermos as hidrelétricas.

Temos também vários assuntos não confessáveis da nossa empresa maior de energia elétrica, em negociações com o exterior. É óbvio que nós, com muita calma, com muita tranquilidade, com muita responsabilidade, junto com o nosso companheiro Deputado Alfredo Kaefer, faremos um trabalho no Paraná para trazermos para esta Comissão vários assuntos pertinentes ao nosso Estado, mas também queremos corroborar todas as opiniões dos colegas e nos preocupar não só com audiências públicas fora daqui: acho que nós temos de trazer para cá efetivamente o que está acontecendo no Brasil.

Na segunda-feira recebi pessoas do setor. Para a minha surpresa, mostraram-me uma conta de um apartamento de 200 metros quadrados no Central Parque, nos Estados Unidos. Mostraram-me que eu pago o dobro do custo de energia na minha cidade, Curitiba, o dobro do que se paga em um apartamento, no Central Parque, de 3 milhões de dólares! São essas coisas que precisamos efetivamente dissecar nesta Comissão. Precisamos fazer um planejamento.

Eu acho que o Relator, com a sua competência, conhecida que é, terminará, junto com o nosso apoio, com vários projetos de lei, fazendo com que esta Comissão mostre a que veio: projetos de lei pontuais, pertinentes ao que existe hoje, à realidade. É muito importante nós conscientizarmos a sociedade de que esta CPI



foi criada porque realmente a sociedade está com uma carga tributária, dentro do setor energético, que nenhum outro país do mundo tem. E nós precisamos coibir os abusos!

V.Exa. fez a sugestão de apresentarmos hoje os requerimentos. Eu acho que nós poderemos, com muita calma — nós já temos bastante trabalho, V.Exa. já tem a possibilidade de convocar vários que já foram aprovados hoje —, trazer na próxima reunião os requerimentos necessários, com calma, com muita tranquilidade, sem nenhum tipo de açodamento, para que nós pudéssemos apresentar medidas e convites consistentes a pessoas que venham a contribuir com o conhecimento, com a vivência no setor. Que possamos fazer, sim, audiências ricas em conhecimento e, principalmente, em soluções.

O que eu sugiro é que nós possamos apresentar, na próxima reunião, os requerimentos que faltam, para que nós, que não temos a necessidade de fazer nada açodado hoje, possamos contribuir com esse tipo de requerimento.

Era isso que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Alguma sugestão?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, a minha sugestão é de apoio à proposta, porque realmente os requerimentos aprovados já dão uma partida muito grande. S.Exa. tem razão. Acho que deveríamos deixar para a próxima reunião ou para as próximas reuniões requerimentos que tragam outras convocações. No momento, com uma reunião por semana, enquadrar todas essas convocações já merece pelo menos dois meses de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas considerações a respeito da sugestão do ilustre Relator com relação às audiências em conjunto de Estados da Região Norte, principalmente os dois requerimentos que foram aprovados, no caso do Acre e de Roraima. Eu gostaria que a Comissão considerasse que do Acre até Boa Vista são quase três mil quilômetros. Então, não há como compatibilizar.

Segundo, os sistemas são inteiramente diferentes. O sistema de Roraima é isolado tal qual o do Acre, mas diferente, porque recebemos energia importada da



Venezuela. Temos um fato diferenciador, que é a importação da energia da EDELCA venezuelana.

Portanto, eu gostaria de sugerir ao Relator que fossem designadas subcomissões com três membros, não mais do que isso, e que estes fossem deslocados a esses Estados, quem sabe ao mesmo tempo, porque só *in loco* é que poderemos colher detalhes que enriquecerão certamente o trabalho final do Relator. Portanto, essa é minha proposta.

As distâncias na Amazônia são amazônicas — permita-me esta redundância, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, permita-me usar a palavra.

Acho a ponderação do Deputado Edio Lopes altamente positiva, inclusive quanto às subcomissões. Podemos fazer com que elas se estendem, porque, se formos aprovar uma por Estado, não conseguiremos fazer as audiências e terminará o prazo legal que temos. Temos que fazer muitas outras coisas: temos que ver todas as geradoras; temos que fazer um levantamento para termos um entendimento do sistema elétrico do País inteiro; temos que ver as potencialidades que estão sendo usadas; temos que entrar muito no Ministério do Meio Ambiente, saber as contrapartidas, quais os posicionamentos para que não se politize o sistema elétrico, em detrimento de um e em favorecimento a outro.

Acho que o Luciano Coutinho vai dar-nos uma ajuda imensa, porque quando ele vier falar sobre PCH, nós vamos pegar o sistema elétrico todo, como se o financia, o prazo. Ao mesmo tempo, em contrapartida, vamos obter informações sobre qual é o custo disso aqui. Vamos ver por que a nossa energia é uma das maiores do mundo, maior do que a das sete grandes nações.

Portanto, acho que temos muito trabalho a fazer aqui. Em conjunto com as subcomissões, Sr. Presidente, acho que vamos avançar muito. Vamos dar condições para se discutir nas regiões próprias e nos Estados a energia. Que nesse momento as pessoas possam ter certeza de que o Congresso e os Parlamentares estão atentos ao que se está fazendo para a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Sem dúvida, Deputado Alexandre Santos!



Quero dizer que a preocupação do Deputado Abelardo Lupion é a de todos nós, porque sem dúvida alguma o que vem acontecendo com as tarifas de energia elétrica no Brasil são verdadeiros absurdos.

Deputado Abelardo Lupion, a diferença da tarifa do Paraná para a tarifa do Nordeste é mais de 40%, com a renda *per capita* do Nordeste muito inferior. Vê-se o comprometimento da renda familiar com o pagamento de conta de luz, não só no Paraná mas em todo o Brasil.

Portanto, a preocupação que, tenho certeza, todos nós temos é darmos respostas concretas ao povo brasileiro, com soluções objetivas, para que possamos minimizar esses aumentos que vêm ocorrendo nos últimos anos e chegam a comprometer boa parte da renda familiar.

Eu gostaria de saber se mais alguém quer discutir, sugerir algo, fazer alguma proposta.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente, a respeito do requerimento do Deputado Gladson Cameli, V.Exa. vai suspender a sessão para votar em seguida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - S.Exa. só está acrescentando os nomes ao requerimento. Vamos suspender a sessão por 10 minutos, para que possamos apreciar apenas o requerimento do Deputado Gladson Cameli e possamos incorporar os nomes. Se mais alguém quiser fazer alguma sugestão ou outro requerimento, aguardaremos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não, Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Antes de V.Exa. suspender a reunião, indago se eu poderia inserir uma solicitação a todas as Assembléias Estaduais e a todas as Câmaras de Vereadores, principalmente nos Estados onde já há algum conflito que saibamos, requerendo o relatório das CPIs já ocorridas. E, se houver alguma CPI no Estado ou nas capitais, que nos remetam um relatório para que possamos acompanhar e saber realmente o que se está discutindo de anormalidade no sistema elétrico.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos fazer o requerimento, nobre Relator, para que possamos apreciá-lo na próxima audiência ou nesta agora. Vamos providenciar o requerimento, para aprovarmos em seguida.

Está suspensa a reunião por 10 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Declaro reaberta a presente reunião.

Por termos encontrado na Mesa mais de cinco requerimentos extrapauta, foi consenso colocar em votação esses requerimentos para a próxima semana.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O Deputado Simão Sessim está com a palavra.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Vamos entender que esses requerimentos deixam de ser colocados em pauta e passam a ser requerimentos regulares, aos quais se dá entrada no protocolo comum e vão para a pauta da próxima sessão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Publicado na Ordem do Dia, Deputado Simão Sessim, para que seja apreciado na próxima sessão normalmente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Então, não há extrapauta, não há o que votar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, não vamos apreciar mais nenhum extrapauta, porque seriam dois, mas já se encontram aqui sete requerimentos extrapauta. Não vai haver tempo hábil, por conta do início da Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, mas antes convoco reunião para o próximo dia 11, terça-feira, às 14h, com o seguinte pauta: audiência pública com os Srs. Gustavo Antônio Galvão dos Santos, Eduardo Kaplan Barbosa, José Francisco Sanches da Silva e Ronaldo da Silva Abreu, autores de artigo sobre o setor elétrico brasileiro, publicado na revista BNDES.

Na quarta-feira teremos sessão deliberativa às 14h, para que possamos apreciar os novos requerimentos.

Está encerrada a reunião.